



ESTADO DE RONDÔNIA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Recebido. Autue-sc
e inclua em pauta
Em 03/20 09
1º Secretário

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES-DEPARTAMENTO DE APOIO A PRODUÇÃO PARLAMENTAR-DAPP

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa
31 MAR 2009
Protocolo 042/09
Processo 041109

PROJETO DE LEI

Nº 498/09



AUTOR: DEPUTADA DANIELA AMORIM - LÍDER PTB

“Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 243, de 01 de novembro de 1989.”

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA,

“Art. 1º. O artigo 1º da Lei nº 243, de 01 de novembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Direta do Estado de Rondônia, o Vale Transporte destinado a custear parte das despesas de deslocamento do servidor de sua residência para o trabalho e vice-versa, através do sistema de transporte público urbano nos termos da Lei Federal 7.418/85, alterada pela Lei nº 7.619/87 e regulamentada pelo Decreto 97.247/87.”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, em 25 de março de 2009.

DANIELA AMORIM
Líder PTB



ESTADO DE RONDÔNIA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES-DEPARTAMENTO DE APOIO A PRODUÇÃO PARLAMENTAR-DAPP

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

Nº _____



AUTOR: DEPUTADA DANIELA AMORIM - LÍDER PTB

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por objetivo corrigir uma distorção existente há quase duas décadas. A lei nº 243, de 1 de novembro de 1989 instituiu o Vale-Transporte no âmbito da Administração Direta do Estado, com o objetivo de custear parte das despesas de deslocamento do servidor de sua residência para o trabalho e vice-versa, ocorre porém que o artigo 1º da presente lei dispõe sobre o custeio do transporte coletivo público e urbano, assim diversos servidores que vivem em cidades onde não existe o serviço de transporte coletivo ficam impedidos de receber tal benefício legal embora morando distante do local de trabalho, o que fere o princípio da isonomia constitucional. A aprovação da presente proposição corrige esta distorção dando a oportunidade para que o servidor que não tem a sua disposição serviço de transporte coletivo público possa utilizar de transporte especial como o caso de moto-taxi existente em vários municípios do Estado.